



# JOURNAL Moçambique

Director: **JOÃO MANASSES** • N° 160 • Quarta-Feira, 31 de Agosto de 2016 • [www.portaldogoverno.gov.mz](http://www.portaldogoverno.gov.mz) • DISTRIBUIÇÃO GRATUITA



## 52<sup>a</sup> EDIÇÃO DA FACIM

### EXPOSITORES BUSCAM FORMAS DE ULTRAPASSAR CRISE ECONÓMICA

Pág. 6



**PARA DAR LUGAR AO CENSO DA POPULAÇÃO**  
Governo propõe alteração do  
calendário escolar

Pág. 2



**DENGUE, ZIKA E CHIKUNGUNHA**  
Moçambique desenvolve capacidades  
para evitar doenças emergentes

Pág. 4



**SITUAÇÃO POLÍTICO-MILITAR NO PAÍS**  
Diálogo deve ser flexível

Pág. 11

**Para dar lugar ao Censo da População**

# GOVERNO PROPÕE ALTERAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR



O executivo moçambicano propõe a alteração do calendário escolar relativo ao próximo ano lectivo, de modo a facilitar a realização do quarto

recenseamento geral da população e habitação, a decorrer de 01 a 15 de Agosto de 2017. Trata-se de uma medida anunciada esta terça-feira, pelo porta-voz do Conselho de Ministros, Mouzinho Saide, no fim

de mais uma sessão ordinária, onde destacou que o recenseamento geral da população vai envolver professores e alunos, num total de 80 mil, o que, segundo o dirigente, justifica a alteração proposta, para não comprometer o calendário escolar.

Além disso, Saide diz que há necessidade de se disponibilizar espaços para a formação e acomodação dos agentes e armazenamento do material a ser usados no censo, o que, segundo a fonte, só pode ser feito nas escolas.

Neste contexto, o Governo propõe a alteração do início do ano lectivo para 20 de Janeiro, de modo a ter-se as 38 semanas relativas ao processo de ensino e aprendizagem nas escolas moçambicanas. O ano lectivo

deverá ser interrompido, no meio, por cerca de dois meses, para dar lugar à formação dos agentes e ao próprio censo.

"Esta situação implica a interrupção do ano lectivo, de 17 de Junho a 20 de Agosto, para a realização do censo populacional, devendo, as escolas, garantir a ocupação das crianças com actividades pedagógicas", explicou Saide.

O período de férias dos professores e alunos, que devia decorrer de Dezembro de 2016 a Janeiro de 2017 deverá ter lugar entre 21 de Julho e 17 de Agosto de 2017. O segundo semestre poderá ser prolongado até meados ou finais de Dezembro.

## Situação de emergência no país

Na mesma sessão, o executivo analisou a situação de emergência no país, referente ao período entre 08 e 28 de Agosto deste ano, sendo que os dados mostram que não houve alterações no que diz respeito estágio climatológico.

De Março a Agosto do presente ano, segundo o governante, foram assistidas mais de 1 milhão de pessoas assoladas pela seca em diversas regiões do país.

O porta-voz do Conselho de Ministros referiu que desde a declaração do Alerta Vermelho Institucional, foram alocados cerca de 103 milhões de dólares e continuam intervenções na gestão de recursos hídricos, infra-estruturas hidráulicas, abastecimento de água e saneamento, bem como nas áreas de estradas e pontes, educação, saúde, género, criança e acção social.

## Prevenção do HIV/SIDA

De acordo com dados avançados pelo porta-voz do Governo, Moçambique continua a ser um dos 10 países mais afectados pela pandemia do HIV/Sida. Segundo a fonte, mais de 1.5 milhão de pessoas estão infectadas pela doença no país.

Saide referiu que actualmente regista-se, no país, mais de 223 novas infecções por dia, cerca de 107 óbitos relacionados com a doença e que a taxa de transmissão vertical (de mãe para filho) situa-se nos seis por cento.

A taxa de prevalência desta doença em cidadãos com idades entre 15 e 49 anos de idade no país é de 11.5 por cento e a província mais afectada é Gaza com 25.1 por cento, e Niassa com o menor índice de prevalência, com 3.7 por cento.

Esta pandemia continua a atingir mais a mulher, com uma taxa de 13.3 por cento, enquanto nos homens está nos 9.2 por cento.

## Normas de Organização e Funcionamento do Instituto de Línguas

Na mesma sessão, o Conselho de Ministros aprovou o decreto que visa adequar a estrutura e funcionamento do Instituto de Línguas, criado pelo Diploma Ministerial no 93/95, de 19 de Julho, ao quadro jurídico-administrativo em vigor, nomeadamente, conferir autonomia administrativa e alterar o regime de subordinação para o de tutela pelo Ministro que superintende a área de educação, bem como redefinir as suas atribuições, órgãos e regime orçamental.

## Constituição da Comissão Africana da Aviação Civil

O Governo aprovou, igualmente, a resolução que visa coordenar e integrar as políticas em pro do desenvolvimento sócio-económico da África, em

particular na área de aviação civil, contribuir para o desenvolvimento dos serviços de transportes aéreos seguros e ordenados de e para África, bem como permitir que o país actue neste domínio de acordo com os regulamentos internacionais.

## Outros temas aprovados

Na mesma sessão, o Conselho de Ministros aprovou a resolução que ratifica o Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e a Associação para o Desenvolvimento (IDA), no dia 24 de Julho de 2016, em Maputo, no montante de 6 milhões de dólares, destinado ao financiamento do Projecto de Centros de Excelência no Ensino Superior da África Oriental e Austral (ACE II).

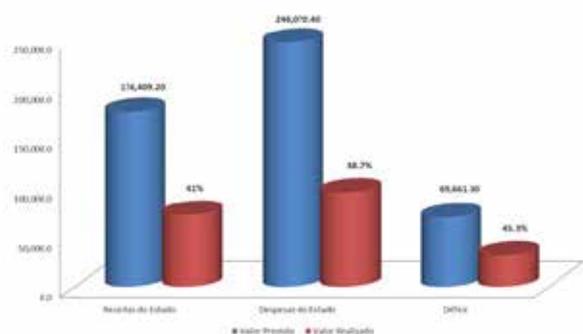


No primeiro semestre de 2016

# EXECUÇÃO DO OE ABAIXO DE 50 POR CENTO

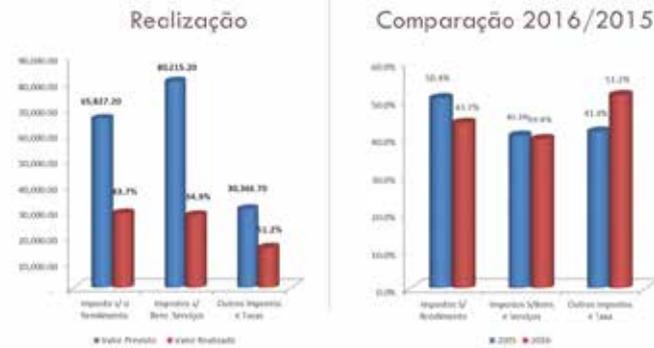
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL "1º SEMESTRE" 2016

## RESULTADOS GLOBAIS



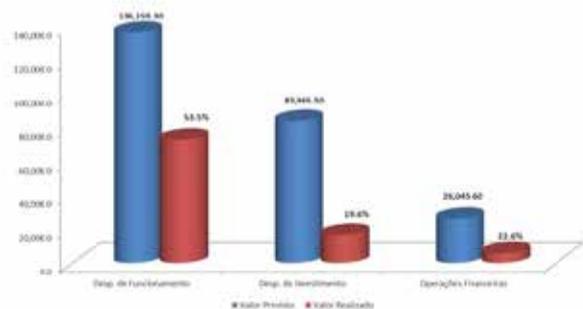
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL "1º SEMESTRE" 2016

## RECEITAS DO ESTADO



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL "1º SEMESTRE" 2016

## DESPESAS



EXECUÇÃO ORÇAMENTAL "1º SEMESTRE" 2016

## ESTRUTURA DAS DESPESAS



A execução do Orçamento do Estado (OE) situou-se abaixo de 50 por cento no primeiro semestre do ano em curso, de acordo com o Relatório da Execução do Orçamento do Estado (REOE) divulgado recentemente no país. O documento indica que, de Janeiro a Junho de 2016, o Estado moçambicano cobrou receitas no valor de 72.317,2 milhões de meticais, equivalente a 41 por cento da previsão, tendo, por outro lado, realizado uma despesa total de 95.166,3 milhões de meticais, o correspondente a 38,7 por cento do orçamento anual. No que concerne à execução da despesa de Investimento, o registo foi de 19,6 por cento do que está estipulado

no OE, sendo que a componente interna executou 26,2 por cento e a externa 13,3 por cento. No geral, o desempenho dos indicadores do primeiro semestre, relativamente ao Plano Económico e Social (PES) de 2016, dá conta de que, a meio do ano do exercício económico, o Governo já concretizou cerca de 42 por cento das suas metas, num período em que a economia moçambicana cresceu 4,0 por cento, estimando-se uma taxa de crescimento anual do Produto Interno Bruto (PIB) na ordem de 4,5 por cento e uma taxa de inflação média anual na ordem de 10,12 por cento. Os números apresentados pela execução orçamental, realça o relatório

semestral, foram influenciados por factores internos e externos de vária ordem, com destaque para a instabilidade político-militar, a suspensão do apoio directo ao Orçamento do Estado, bem como factores naturais como as cheias registadas no norte do país e a seca prevalente no centro e sul. Perante esta situação, o Relatório da Execução do Orçamento do Estado recomenda, entre outras medidas, a contenção da execução das rubricas de salários e remunerações, transferências às famílias (pensões) e rigor no controlo da rubrica de encargos da dívida. Aceda ao documento na íntegra em: [www.mef.gov.mz](http://www.mef.gov.mz)

**Dengue, zika e chikungunha**

# MOÇAMBIQUE DESENVOLVE CAPACIDADES PARA EVITAR DOENÇAS EMERGENTES



**M**oçambique está a desenvolver capacidades para combater doenças emergentes, tais como a dengue, zika e chikungunha e outras, através do fortalecimento da sua capacidade de pesquisa, prevenção e controlo destas enfermidades, que criam problemas em muitos países.

Apesar de o país ser considerado vulnerável a estas pandemias, devido ao seu clima favorável ao seu desenvolvimento, ainda não há registo de casos destas doenças. A única de que se tem memória é o chikungunha, descoberto pela primeira vez no norte do país e sul da Tanzânia em 1952, tendo desde a altura não se ter registado casos de relevo.

Eduardo Samo Gudo, investigador do Ministério da Saúde, referiu que estas doenças constituem um risco para o



mundo sendo, por isso, que se está a trabalhar para desenvolver capacidades de combate.

A fonte falava esta segunda-feira, num simpósio internacional sobre doenças emergentes, em curso na praia de Tofo, província de Inhambane, que junta especialistas, cien-

tistas e investigadores de vários países.

"Estamos, neste momento, a formar vários jovens cientistas, dentro e fora do país, em matéria de criação de capacidade de vigilância, assim como de prontidão e resposta na protecção do povo moçambicano dessas doenças", ex-

plicou Eduardo Samo Gudo. O investigador referiu que é graças aos esforços do Ministério da Saúde que até hoje Moçambique não tem casos de zika reportados, assim como devido à capacidade de prontidão que esta sendo fortalecida em colaboração com os melhores grupos de cientistas presentes no simpósio. Falando do vírus de Chikungunya, Eduardo Samo Gudo apontou que este foi pela primeira vez descoberto a nível mundial em 1952, no norte do país e sul de Tanzânia, e que se manifesta através de dores musculares simétricas, que podem agravar-se e tornar o paciente incapacitado para realizar actividades.

Neste momento, segundo Eduardo Samo Gudo, é aposta do Ministério da Saúde controlar e prevenir estas doenças.

Falando na cerimónia de abertura do simpósio internacional, o governador de Inham-



bane, Daniel Chapo, indicou que as doenças emergentes representam uma ameaça à saúde nacional e internacional, numa altura em que o vírus zika está em expansão no mundo.

"Estamos cientes que uma acção coordenada de cientistas de todo o mundo é importante para o controlo destas doenças, evitando que se alastrem para mais regiões", avançou Daniel Chapo.

Num outro desenvolvimento, o governante referiu que o Governo, através do Ministério da Saúde, está a desenvolver

acções para proteger o país destes vírus e, por isso, tem vindo a estabelecer colaboração com cientistas internacionais de qualidade.

O governador de Inhambane afirmou que a realização deste evento em Moçambique, concretamente em Inhambane, é o testemunho de que o Ministério da Saúde tem vindo a trabalhar para evitar estas doenças e garantir melhor saúde para a população.

"Estamos cientes que a importância deste evento transcende as fronteiras nacionais e, por isso, no fim do mesmo,

a nossa expectativa é que a comunidade médica e científica internacional esteja melhor preparada para enfrentar as doenças emergentes", adiantou Chapo.

O Simpósio Internacional sobre Doenças Emergentes realiza-se pela primeira vez em África, particularmente em Moçambique devido a sua vulnerabilidade e tem como objectivos partilhar lições aprendidas da recente epidemia de zika, na América do Sul e Central, avanços tecnológicos no diagnóstico laboratorial de zika, dengue

e chikungunya. O encontro visa, também, discutir estratégias inovadoras para a rápida detecção e resposta destas doenças, assim como buscar parceiros para pesquisa e treino de pessoal para assistir os pacientes.

Participam, no evento, que termina esta quarta-feira, cientistas de países como África de Sul, Camarões, Quênia, Brasil, Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra, Suécia, Bélgica, Singapura, China e Austrália.

## EMPREITEIRO FECHA MUSEU DE LICHINGA POR OITO ANOS

**O** Museu de Lichinga, na província de Niassa, está encerrado, há oito anos, devido à desonestidade do empreiteiro a quem lhe foram adjudicadas obras de reabilitação desta infra-estrutura em 2008.

A empresa em causa, denominada Jerónimo Construções, recebeu, na altura, cerca de 8 milhões de meticais, dos 10 milhões a que estavam avaliadas as obras, fundos disponibilizados pelo governo provincial do Niassa, com o apoio da República da Irlanda mas, até então, os trabalhos não foram, ainda, concluídos.

Aliás, a nossa reportagem apurou que o empreiteiro chegou a concluir as obras, faltando os pormenores mas negou de entregar as chaves da infra-estrutura à Direcção Provincial da Educação e Cultura (actual Direcção da Educação e Desenvolvimento Humano) alegadamente por não lhe ter sido pago o valor que faltava, prejudicando, assim, estudantes e turistas.

Passado muito tempo, as obras foram vandalizadas, sendo, a empresa contratada, obrigada a reabilitar a infra-estrutura.

O governador do Niassa, Arlindo Chilundo, visitou, esta segunda-feira, a infra-estrutura e manifestou o desejo de ver o Museu da cidade de Lichinga a funcionar dentro de 19 dias, até 10 de Setembro próximo, tal como havia se acordado com empreiteiro há alguns meses,



uma vez tratar-se de um espaço educativo para as crianças, estudantes e turistas, além de ser uma fonte de receitas. Chilundo sublinhou que oito anos de obra parada são prejuízos incalculáveis, tratando-se de um bem público e com alcance nas áreas de ensino, cultura e turismo.

"Nós queremos que o Estado não saia, nunca, a perder. Vamos apurar as responsabilidades. Havendo algum litígio, o assunto devia ter sido levado às instâncias judiciais. O empreiteiro compromete-se a concluir e nós vamos fazer o nosso trabalho", referiu Chilundo.

O empreiteiro, na voz de Mateus Jerónimo, garantiu, ao



governador, que os trabalhos de conclusão das obras vão

retomar, principalmente nas partes vandalizadas.

52ª edição da FACIM

## EXPOSITORES BUSCAM FORMAS DE ULTRAPASSAR CRISE ECONÓMICA



Alguns expositores da quinquagésima segunda edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM) estão optimistas quanto às oportunidades de negócios que o evento oferece, considerando que é um caminho para a busca de alternativas para ultrapassar a situação económica e financeira que o país atravessa. Segundo alguns expositores nacionais entrevistados pela nossa reportagem, na feira, vão privilegiar o estabelecimento de parcerias para negócios, atracção de investimentos, bem como a troca de

experiências sobre formas de explorar e desenvolver negócios.

O director provincial da Indústria e Comércio na Zambézia, Momade Arnaldo Juízo, explicou que esta região oferece oportunidades de investimento nas áreas mineira, agro-processamento, recursos minerais, turismo e indústria imobiliária, esperando que os investidores aproveitem esta oportunidade. "Esperamos sair daqui com parcerias traçadas porque sentimos que temos oportunidades que bastam e que só precisam ser capitalizadas", defendeu Juízo, adiantando que a província da



PROPRIEDADE DE:  
GABINETE DE INFORMAÇÃO

Maputo, Av. Francisco Orlando Magumbwe,  
Nº 780, 1º andar  
email: [jornalmocambique@gmail.com](mailto:jornalmocambique@gmail.com)

### FICHA TÉCNICA:

Registo Nº 1/GABINFO - DEC/2013

Periodicidade: Semanal

Director: João Manasses

Coordenador Editorial: Mendes José +258 84 34 54 000

Redacção: Brígida Herinques, Elisete Muiambo, Mavildo Pedro, Leonildo Balango

Revisão: Marcelino Mahanjane

Maquetização: Januário Magaia



Zambézia é bem posicionada, possuindo estradas, linha-férrea e porto para escoamento de produtos.

O director provincial da Indústria e Comércio, no Niassa, Horácio Linaula, destacou os ramos da agricultura e recursos minerais como sendo potencialidades por explorar nesta província.

"Niassa tem muita terra arável e altamente produtiva que precisa de investidores para o desenvolvimento agrícola", referiu o entrevistado, salientando que há, também, espaço para o agro-processamento e apontou o sector dos recursos minerais que, segundo ele, neste momento é explorado maioritariamente por garimpeiros ou pequenas empresas. Horácio Linaula referiu que no Niassa pode-se, também, explorar os sectores pesqueiro, turismo cinegético e de água doce.

"Queremos sair daqui com mais parcerias para nossas empresas. Queremos convidar os empresários a investirem na cultura da soja. Acreditamos que esta cultura pode contribuir para segurança alimentar da população", sublinhou Lanaula, acrescentando que esta cultura vai merecer destaque, uma vez ser



potencial para o desenvolvimento e que já há empresas que iniciaram o seu fomento. Já a província de Nampula, que tem como meta estar no lugar de destaque, através da organização, atracção de investidores para os sectores-chaves da agricultura, recursos minerais, turismo e pesca.

"Já estamos a registar solicitações de investidores interessados em se

estabelecer em Manica. Estamos também a promover a feira de gemas, a realizar-se em Nacala em Setembro. É uma oportunidade para mostrar a nossa potencialidade na área mineira, que está a atrair muitos investidores", apontou a fonte.

## FRACA AFLUÊNCIA NO PRIMEIRO DIA

**A** FACIM - 2016 abriu, esta segunda-feira, sem a habitual cerimónia solene, em que o Presidente da República corta a fita. Sendo, por isso, talvez, mereceu menos concorrência dos visitantes mas, se calhar devido à fraca ou lenta organização dos expositores. Até as 13:00 horas, maior

parte dos participantes ainda não estava devidamente organizada, o programa estava desfasado e o Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, que se supunha que seria o primeiro a visitar o espaço, não chegou fazer-se presente. Ninguém sabia o que se passava e como as coisas decorriam.

Entretanto, em termos de organização estrutural, estão

dispostos 12 pavilhões com destacados nomes nacionais. O primeiro é o pavilhão Moçambique, onde estão expostos produtos das onze províncias nacionais e instituições de apoio ao sector privado e empresas nacionais. Os pavilhões Ricatla e Chaimite são dedicados a empresas nacionais.

O sector da energia e recursos minerais ocupa o pavilhão

Kongwè. Outros pavilhões são dedicados aos outros países.

Há, também, pequenos stands, onde estão expostas viaturas, maquinaria, casas pré-fabricadas e material de construção e industrial.

Existe espaço reservado à pecuária, onde estão expostas espécies de gado bovino e caprino.





## QUEREMOS ENCONTRAR NA CRISE ELEMENTOS PARA COMBATÊ-LA

- Director-geral do IPEX, João Macaringue

O director-geral do Instituto para a Promoção das Exportações (IPEX), João Macaringue, afirmou que um dos objectivos da presente feira é encontrar na crise económica que assola o país, a oportunidade de combater-la, trazendo mais investimentos para o país. Segundo ele, a crise atrapalha algumas oportunidades de negócio mas as províncias estão a expor as suas potencialidades que podem fazer a diferença e ultrapassar-se a crise. "A feira está a cumprir o seu papel, na medida em que os objectivos do negócio decorrem de forma normal. A crise atrapalha mas queremos encontrar nela, elementos que nos façam combater, isto é, temos potencialidades de cada província e é isto que pode fazer a diferença", referiu Macaringue.

Portugal optimista

Expositores de Portugal estão optimistas quanto ao desenvolvimento de Moçambique tendo em conta o potencial que possui em diversos sectores de actividade.

Segundo o Ministro da Economia de Portugal, Caldeira Cabral, que visitou a FACIM, apesar da crise que o país atravessa, constitui um mercado no qual se pode apostar, particularmente nos sectores mineiro, indústria, turismo, agricultura, imobiliário entre outros.

Caldeira Cabral destacou que as empresas portuguesas devem ter uma perspectiva de longo prazo sobre Moçambique, não olhando, apenas, o mau momento que atravessa.

"Pretendo levar uma mensagem de resiliência e uma perspectiva de longo



prazo às empresas que estão em Moçambique a resistirem a este momento menos positivo. A médio prazo, há perspectivas de melhoria e um potencial de negócios e de projectos em Moçambique", frisou a fonte.

Macaringue referiu, num outro desenvolvimento, que a presença de um número significativo de expositores nacionais e estrangeiros é sinal de que, apesar de todas as adversidades, o país continua credível na atracção

de investidores.

Nesta edição da FACIM participam 2.350 empresas nacionais e 650 estrangeiras, e conta-se com 12 pavilhões, divididos em módulos de nove metros quadrados, onde estão representadas todas as províncias, empresas nacionais e estrangeiras.

A organização do evento espera que a FACIM-2016 seja visitada por 87 mil pessoas, mais 3.900 em relação à edição passada.



Em Morrumbene e Homoíne

## MAIS DE 50 MIL PESSOAS BENEFICIAM DE ÁGUA POTÁVEL



**M**ais de 50 mil pessoas das vilas sedes dos distritos de Morrumbene e Homoíne, na província de Inhambane, vão beneficiar de mais água potável, a partir de Junho de 2017, na sequência da construção, reabilitação e expansão de dois sistemas de abastecimento deste líquido, cujas obras arrancaram na semana passada.

Trata-se de uma iniciativa do Governo moçambicano, que se enquadra no Programa Integrado de Abastecimento de Água, Promoção da Higiene e Saneamento do Meio e conta com o financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e da União Europeia na ordem de 10 milhões de euros. O programa está a ser implementado

pela Administração de Infra-estruturas de Água e Saneamento (AIAS) e deverá abranger, igualmente, os residentes do distrito de Jangamo.

O governador de Inhambane, Daniel Chapo, que orientou, há dias, a cerimónia de lançamento da primeira pedra, que marca o início dos trabalhos de reabilitação e expansão dos sistemas de abastecimento de água, referiu que o Governo está a trabalhar com os parceiros de cooperação internacional na criação de condições que promovam o bem-estar social através do provimento de água potável e de outras infra-estruturas básicas.

"A partir deste momento, a província de Inhambane vai contar com mais três sistemas de abastecimentos

de água potável nos distritos de Homoíne, Morrumbene e Jangamo, este último que está na fase conclusiva. Estávamos com níveis de cobertura de água na ordem de 49 por cento mas, com estes novos sistemas, até Junho próximo, pensamos que vamos estar próximo ou acima dos 60 por cento", referiu Daniel Chapo. O Representante do UNICEF em Moçambique, Marcoluigi Corsi, que também participou na cerimónia, destacou que a disponibilização de água potável nas comunidades constitui um direito fundamental do homem.

"Estamos satisfeitos por trabalhar em conjunto com o Governo de Moçambique e com o apoio da União Europeia para desenvolver um modelo de gestão de água e saneamento para as vilas,

o que vai melhorar a vida das famílias que vivem nestas e em outras áreas", declarou Corsi.

O programa de Água, Saneamento e Higiene, que está a ser desenvolvido em três vilas de Inhambane, conhecido como AGUASANI, está avaliado em 10 milhões de euros e visa melhorar o abastecimento de água e o saneamento nas zonas em alusão.

"Estes esforço e parceria vão responder às necessidades de água e saneamento das vilas, especialmente no que diz respeito ao bem-estar das crianças, pelo facto de o fornecimento inadequado de água e o fraco saneamento afectarem, também, a frequência, a retenção escolar e o desempenho educacional", indicou Marcoluigi Corsi.

Segundo o UNICEF, cerca

de metade da população moçambicana bebe água de fontes não seguras e menos de uma em cada quatro pessoas têm acesso a infra-estruturas de saneamento adequadas. Esta organização das Nações Unidas refere que a falta destas infra-estruturas tem impacto na vida das mulheres e das

crianças, em particular, que são colocadas em risco por falta de saneamento adequado. Através da parceria entre a AIAS, o Conselho Regulador da Água (CRA), o Governo Provincial de Inhambane e os Governos dos três distritos, a AGUASANI aborda a crítica área de abastecimento de

água e saneamento, que se espera que impacto na saúde da população, em geral, e das mulheres e crianças, em particular.

Com o programa AGUASANI, espera-se contribuir para o alcance, até 2017, de serviços de saneamento melhorados nas três vilas, capacidades das

instituições descentralizadas para regular, operar e manter os serviços de água e saneamento fortalecidos e um modelo de parceria público-privada para a provisão e gestão sustentável de serviços de água e saneamento testado.

## INHAMBANE DEFENDE USO DE FONTES INTERNAS PARA REFORÇAR OE



**A**s autoridades da província de Inhambane defendem que é preciso potenciar as fontes internas de rendimento para reforçar o Orçamento do Estado, de modo a reduzir a dependência externa na provisão dos serviços básicos no país. Trata-se de um posicionamento expresso, há dias, pelo director provincial de Economia e Finanças, em Inhambane, Carlos Comissal, no 4º Fórum Provincial dos Gestores Financeiros da província, que destacou, para

o alcance deste objectivo, a necessidade de se redobrar esforços para o aumento dos níveis de arrecadação de receitas.

"As dinâmicas económica e social que o país vem experimentando, aliadas à necessidade de contenção das despesas, impõem-nos o reforço das medidas e das acções para uma gestão criteriosa e transparente na execução dos fundos do Estado e na perspectiva da prestação de contas", referiu Carlos Comissal, que apelou, igualmente, à necessidade de conservação dos bens

patrimoniais.

O 4º Fórum Provincial dos Gestores Financeiros de Inhambane realiza-se trimestralmente, com o objectivo de criar uma plataforma de debate para o aprofundamento das normas e das regras de utilização dos recursos financeiros e patrimoniais do Estado.

Os gestores financeiros foram capacitados em procedimentos de execução e contabilização da Despesa Pública e de cobrança de impostos, de contratação de empreitada de obras públicas, fornecimento de bens e

prestação de serviços ao Estado, bem como de gestão do património do Estado.

Na sessão de abertura do encontro, o Secretário Permanente de Inhambane, Ricardo Nhacuongue, referiu que o evento constitui um momento de debate de diversos assuntos relativos à utilização dos recursos que o Estado coloca sob gestão dos servidores públicos com o objectivo de aperfeiçoar as técnicas de implementação das normas e das regras de execução financeira e patrimonial.



## Situação político-militar no país

# DIÁLOGO DEVE SER FLEXÍVEL

- Apela população de Ligogo, em Mavago

Residentes do povoado de Ligogo, no distrito de Mavago, província do Niassa, pedem flexibilidade no diálogo entre o Governo e a Renamo de modo a se alcançar consensos rápidos e duradouros para silenciar as armas que se fazem sentir em alguns pontos da região centro do país e do Niassa, sobretudo nos distritos de Maúa e Metarica, que foram alvo de ataques há duas semanas. O pedido foi expresso, há dias, ao governador do Niassa, Arlindo Chilundo, que efectuou uma visita de trabalho àquele ponto do país, tendo estado em algumas infra-estruturas sociais e interagido com a população em comício. Durante o comício, foi possível ver crianças dançando, despedaçando brinquedos de armas como sinal de repúdio aos ataques perpetrados pelos homens armados da Renamo. Na sua mensagem, a população reconheceu os esforços do Governo nas acções para o alcance de uma paz efectiva no país e na construção de infra-estruturas sociais. Apontou, ainda, a necessidade de se reabilitação a escola secundária local, que se encontra em estado avançado de degradação, abertura de mais furos de água, destacando que a localidade dispõe de dois, que não cobrem às necessidades da população. A população de Ligogo pediu, ainda, a expansão das redes de energia eléctrica e de telefonia móvel, bem como a inauguração do Centro de Saúde local, que já se encontra na fase de apetrechamento,



porque, "a não ser inaugurado, a população é obrigada a continuar a fazer cerca de 34 quilómetros para a sede do distrito, com vista a ter acesso àqueles serviços", indicou representante dos residentes, destacando que "Já sentimos a guerra contra o colonialismo português e, posteriormente, dos dezasseis anos. Tantas coisas foram destruídas e tivemos que erguer novamente as infra-estruturas sociais. De novo, estamos a destruir os bens que construímos nos últimos anos devido à guerra. Estamos

a ver nossos concidadãos a se retirarem do distrito de Maúa devido a ameaças. Para onde vamos?", questionou um dos intervenientes.

Em resposta, o governador do Niassa considerou legítimas as preocupações, justificando que uma das prioridades do Governo, chefiado pelo Presidente Filipe Nyusi, é a consolidação da paz, reiterando que a boa gestão da Coisa Pública vem da paz.

"Dlakhama e sua Renamo dizem que querem a democracia e os mesmos atentam contra os esses

valores, matando a população e destruindo bens essenciais. Essa Renamo não gosta do povo, somente sabe destruir e nunca constrói. Quem gosta do povo não rouba medicamentos nem redes mosquiteiras para queimar", sublinhou Chilundo. O dirigente afirmou que o Governo de Nyusi gosta da população e quer vê-la saudável para desenvolver o país, tendo deixado claro que o Chefe do Estado está disponível para o diálogo, ou seja, para encontrar-se com o líder da Renamo.



**No Lago Niassa**

## CRIADO SANTUÁRIO PARA PRESERVAÇÃO DE ESPÉCIES MARINHAS



O governador do Niassa, Arlindo Chilundo, procedeu, no sábado último, ao lançamento oficial de um santuário marinho para conservação de recursos pesqueiros no Lago Niassa. Trata-se de uma área vedada

à pesca na sede do posto administrativo de Cóbue, no distrito do Lago, cujo objectivo é garantir a manutenção de espécies marinhas, sobretudo peixes pescados em grande escala.

Frank Lourenço, coordenador da Associação Umodzi, que trabalha na conservação dos recursos florestais e

pesqueiros, sedeadada naquele ponto do distrito, explicou que o santuário vai servir para promover boas práticas de gestão comunitária dos recursos naturais.

"O santuário constitui, para nós, como pioneiros de produção de peixe, mais uma estratégia de gestão comunitária de recursos naturais", afirmou Lourenço, salientando que a iniciativa indica que todos assumem de forma partilhada e com responsabilidade a missão de conservar o peixe através de uma exploração responsável, consciente dos recursos naturais e que a Umodzi compromete-se a trabalhar para atingir seus objectivos.

O governador do Niassa, Arlindo Chilundo, que orientou a cerimónia de lançamento do santuário, referiu que aquele lugar de conservação dos recursos pesqueiros vai ajudar na manutenção das diversas espécies, fazendo com que haja peixe hoje e no futuro. Chilundo destacou que a criação do santuário

enquadra-se no processo de gestão da Reserva Parcial do Lago Niassa, que possui um potencial de pesca, com capacidade para capturar, anualmente, cerca de 21 mil toneladas das diversas espécies lacustres.

Queremos o envolvimento de todos na gestão dos santuários e maior fiscalização através de patrulha lacustre e terrestre, verificando o tipo de artes usadas na pesca, os locais onde se pratica a pesca no Lago, com o intuito de assegurar a observância das normas, recomendou Chilundo.

O governador do Niassa desencorajou o uso de redes mosquiteiras e de outras artes não recomendáveis para a pesca, apelando à coordenação entre os Conselhos Comunitários de Pesca, as Associações de Pescadores e o Governo.

A criação do santuário no Lago Niassa, uma iniciativa da Associação Umodzi, contou com o apoio do Fundo Mundial para a Natureza (WWF).

## SOCIEDADE CIVIL DEFENDE MAIOR ACESSO À INFORMAÇÃO

A sociedade civil diz ser importante o reforço do acesso à informação nas instituições do Estado sobre as actividades, planos e projectos do governo, bem como os respectivos custos, de modo a evitar especulações no seio da sociedade.

Assim, uma organização da sociedade civil, denominada Sociedade Aberta, baseada na cidade da Matola, defende a formação dos gestores, funcionários públicos e do cidadão em geral sobre o direito à informação.

Segundo Hermínio Menete, membro desta organização, que falava, há dias, a jornalistas,

à margem de um seminário anual sobre o papel do Estado na facilitação e acesso à informação, destinado a dirigentes municipais, de instituições públicas e privadas, bem como da sociedade civil baseada na cidade da Matola, apesar de existir, no país, a Lei de Acesso à Informação, as instituições públicas continuam a sonegar informação ao cidadão mas, também, o próprio cidadão não a solicita, porque não está capacitado para tal.

"Tanto os funcionários, como o cidadão, não têm conhecimento desta Lei, sendo, por isso, que não exercem o seu direito, acabando por cair na especulação. Por isso, achamos necessário um trabalho de

formação destes, mas também encontrar mecanismos de ampliar este direito", apontou Menete, para quem a falta de informação faz com que o cidadão viva num ambiente fechado e de especulações, o que origina convulsões sociais. Alguns participantes do encontro consideram que a iniciativa vai permitir a formação de outros cidadãos, para que conheçam a Lei e melhorem o acesso à informação.

"Todos temos direito à informação para sabermos o que se passa no nosso país e como resolver os nossos problemas", afirmou Deolinda Mondlane, membro da Assembleia Municipal da

Matola.

O presidente do Conselho Municipal da Manhica, Luís Munguambe, que também participou no seminário, defendeu que o acesso à informação cria imparcialidade nos actos administrativos e ajuda os dirigentes a governarem com o povo.

"Com a informação, a população vai conhecer todas as nossas actividades e planos e pode nos ajudar a resolver ou sair de qualquer obstáculo", referiu Munguambe, para quem no Município que dirige a imparcialidade e o acesso à informação pelo cidadão é regra.